



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PUBLIQUE-SE
E INSCREVA-SE

7 MAIO 2009

Fernando Sá

VOTO DE PESAR N. 217/X PELO FALECIMENTO DE MÁRIO DE DEUS BRANCO

Foi com enorme pesar e consternação que tomámos conhecimento do falecimento no passado dia 25 de Abril de Mário de Deus Branco, com 84 anos, vítima de doença prolongada.

Mário de Deus Branco, nasceu a 22 de Maio de 1924, em Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra. Foi deputado eleito pelo Partido Socialista na Constituinte, e toda a sua vida se bateu por princípios e valores, envolvendo-se politicamente, na defesa da causa pública.

Licenciou-se em direito pela Faculdade de Coimbra em 1950.

Foi magistrado do Ministério Público em Mogadouro, em Celorico da Beira, e em Cabo Verde e Angola; e Juiz de Direito na comarca de Moçamedes em Angola de 1957 a 1962.

Tendo regressado ao Continente, em Outubro de 1962, foi para a cidade de Castelo Branco, onde se instalou para exercer advocacia, tendo conquistado merecido prestígio.

Foi Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados da comarca de Castelo Branco, durante três anos.

O Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados distinguiu-o com uma homenagem pública, pela sua conduta irrepreensível como advogado.

Mas o que mais é apreciado e digno de admiração na sua rica personalidade foi a sua postura frontal, corajosa e leal, como político.

Como político, o Dr. Mário de Deus Branco foi um cidadão exemplar.

Estudioso da natureza humana e dos problemas de Portugal, fez parte de um escol de portugueses que decidiram, corajosamente, combater o regime ditatorial que nos governava, correndo sérios riscos.

Participou, activamente na campanha que teve lugar, em Outubro de 1969, para a eleição de deputados à então denominada Assembleia Nacional, em que a Oposição do distrito de Castelo Branco ao regime ditatorial apresentou candidatos.

Fez parte da Comissão Organizadora, e presidiu à Sessão Publica de comemoração do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Castelo Branco.

Face à sua destacada actividade política, antes e depois do 25 de Abril, foi escolhido, com indiscutível mérito, como candidato a deputado à Assembleia Constituinte, pelo partido Socialista, que ajudou a instalar, no concelho de Castelo Branco, logo em Junho de 1974.

Como deputado constituinte, trabalhou, empenhadamente, na matéria sobre a organização e competência dos tribunais, fazendo parte da Comissão especializada que elaborou o respectivo projecto, que foi discutido e aprovado pelo plenário da Assembleia Constituinte.

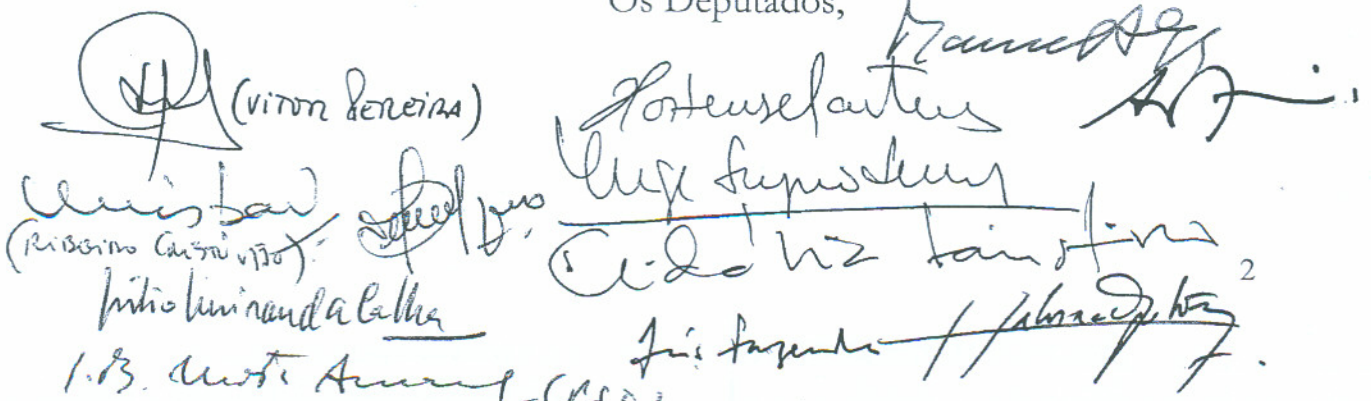
Participou no I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, tendo sido Chefe de Gabinete do Secretario de Estado de Turismo, Luís Filipe Madeira.

Tendo regressado à actividade forense, foi membro da Assembleia Municipal do concelho de Castelo Branco, em representação do Partido Socialista, onde contribuiu, eficazmente, para a solução dos problemas do Município.

A Assembleia da Republica exprime o seu pesar pela morte de Mário de Deus Branco, e expressa à sua esposa e filhas, e aos seus familiares, as suas sentidas condolências.

Palácio de S. Bento, 7 de Maio de 2009

Os Deputados,


(Vitor Pereira)
Ribeiro Castro
Inês Almeida
1. B. António Amaro
José Augusto
Cidália
José Augusto
José Augusto